



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

REBECA PAULA BORGES SOLEDADE

**A PRESENÇA/AUSÊNCIA DA HISTÓRIA DE MULHERES NEGRAS
BRASILEIRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

REBECA PAULA BORGES SOLEDADE

**A PRESENÇA/AUSÊNCIA DA HISTÓRIA DE MULHERES NEGRAS
BRASILEIRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudilene Maria da Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

REBECA PAULA BORGES SOLEDADE

**A PRESENÇA/AUSÊNCIA DA HISTÓRIA DE MULHERES NEGRAS
BRASILEIRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 09/02/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Doutora Claudilene Maria da Silva – Orientadora
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Doutora Maria Cláudia Cardoso Ferreira – Examinadora
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Doutora Cristiane Santos Souza – Examinadora
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMA DA PESQUISA	9
3	OBJETIVOS	9
3.1	OBJETIVO GERAL	9
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
4	JUSTIFICATIVA	10
5	REFERENCIAL TEÓRICO	12
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO	15
7	CRONOGRAMA	18
	Referências	19

1 INTRODUÇÃO

O trabalho tem como finalidade compreender como o ensino da história de vida de mulheres negras brasileiras pode colaborar para a construção identitária das crianças. Devido às insuficientes e incômodas informações sobre as mulheres negras brasileiras, nos livros didáticos, pretendemos analisar como essas histórias podem educar e criar mecanismos de educação no espaço escolar com as crianças do ensino fundamental.

Estudar a história de mulheres negras brasileiras na escola, é necessário para empoderar, elevar a autoestima, e fortalecer a identidade das crianças. É preciso estudar para se ter representatividade positiva dessas mulheres e para que se exclua os estereótipos que foram construídos desde o período da escravidão, ocasionando um não lugar, as discriminações e violências contra o corpo da mulher negra.

Diante disso é preciso visibilizar e contar a história de luta e resistência dessas mulheres na contribuição para a construção da sociedade brasileira. As crianças vão aprender com a temática, o que não foi estimulado e evidenciado em sala de aula. Através do conhecimento histórico de vida das lutas e resistências que essas mulheres tiveram e ainda tem.

Assim, esse estudo é necessário, pois as crianças tendo acesso às histórias, vão conhecer o que em sua maioria nunca foi ensinado na escola, pois devido ao processo da colonização, esse lugar não é alcançado e devidamente valorizado.

Muitas crianças irão se identificar, seja se identificando ou identificando alguma mulher da família, uma amiga e assim fortalecendo o senso crítico nesta criança para que elas saibam identificar como as questões de raça e gênero excluem e possam combater e enfrentar todos os preconceitos direcionados ao seu corpo preto.

Para a mulher negra ocupar o seu lugar na escola e em lugares no currículo, nos livros didáticos com um espaço valorizado e com reconhecimento. É preciso revisar esses lugares que disponibilizam o acesso à educação, aumentar as formações pedagógicas antirracistas e também incluir no ensino superior para que os alunos já saiam com esse aprendizado da importância de uma educação antirracista e possam ir se fortalecendo através dos aprendizados.

Considero que é importante as crianças estudarem essa história para que assim, possam conhecer, valorizar e aprender com a história de luta e resistência das suas ancestrais. Dessa forma irão também se apropriar da cultura do seu povo, e se fortalecerão criando formas para resistir e excluir as violências sociais.

É importante também para aprender sobre como as questões de gênero, raça, e classe atuam na sociedade brasileira, pois acredito na importância da abordagem interseccional. É

importante para que elas identifiquem como as discriminações acontecem e saibam se prevenir e se posicionar em relação a essa questão. Que aprendam com as contribuições de mulheres negras e se desenvolvam intelectualmente, buscando por novas soluções de valorizar as histórias, sempre busquem pelo conhecimento e se tornem adultos potentes e cientes do seu lugar nesta sociedade.

Acredito que as histórias de mulheres negras brasileiras podem colaborar para o fortalecimento identitário das crianças. Este fortalecimento identitário engendrado com a história de mulheres negras é necessário para motivar as crianças. Conhecer os motivos da invisibilidade, esclarecendo como as questões de gênero, raça e classe se constituem, desconstruindo muitas afirmações negativas e falsas do passado colonial que foram direcionadas para a mulher negra.

Uma educação antirracista deve visibilizar o lugar do povo negro para todo o público e suas resistências e dessa forma as crianças se fortalecerão, e assim poderão contar nossas histórias, por nós mesmas.

A história de mulheres negras brasileiras foi construída através de muita luta, resistência, combatendo e enfrentando diversos estereótipos e violências geradas pela ideologia eurocêntrica, como Lélia Gonzalez, descreve:

Se a gente dá uma volta pelo tempo da escravidão, a gente pode encontrar muita coisa interessante. Muita coisa que explica essa confusão toda que o branco faz com a gente porque a gente é preto. Prá gente que é preta então, nem se fala. Será que as avós da gente, as mucamas, fizeram alguma coisa prá eles tratarem a gente desse jeito? Mas, quê era uma mucama? O Aurélio assim define: Mucama. (Do quimbumdo mu'kama 'amásia escrava') S. f. Bras. A escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, por vezes era ama-de-leite (GONZALEZ, 1984, p.229).

Os estereótipos direcionados ao corpo da mulher negra foram se atualizando no decorrer da passagem do tempo, pelo que a autora nos diz, seus significados são os mesmos, o de sempre está deixando essas mulheres ocupar um lugar subalternizado e invisibilizado.

E o momento privilegiado em que sua presença se torna manifesta é justamente o da exaltação mítica da mulata nesse entre parênteses que é o carnaval. Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. (GONZALEZ, 1984, p.230)

Diante dessas agressivas palavras e expressões gerados pela ideologia branca direcionadas para a mulher negra, faz com que o seu legado ocupe um lugar de invisibilidade,

anulando a contribuição histórica dessas mulheres para a construção do país, sendo assim a autora Jurema Werneck, nos diz que:

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos (WERNECK, 2016 p.151-152).

Por esse motivo tem-se a necessidade de se apropriar das histórias de mulheres negras, para que se tenha seu lugar reconhecido e valorizado nesta sociedade, e que de muitas formas essas mulheres contribuíram e ainda contribuem para as construções histórico-cultural e social, evitando o apagamento da memória cultural do povo negro brasileiro, e também construindo e fortalecendo as identidades.

Assim os processos de constituição das diferentes identidades mulheres negras incluem também a necessidade de sua ultrapassagem, fazendo existir novos conceitos instáveis mulheres negras mais adequados ao que necessitamos, queremos e devemos ser nos diferentes cenários políticos. Tais instabilidades destacam seu caráter político, bem como apontam sua necessidade de ultrapassagem na direção de nomes próprios que garantam sua inserção em processos de transformação social que façam desaparecer o racismo, o heterossexismo e as violências que fazem parte de sua história e justificativa. (WERNECK, 2016, p.152).

O acesso à educação é muito importante para a construção da subjetividade humana, valores sociais, e fortalecimento ao combate às violências raciais na sociedade. Portanto, valorizar o legado das mulheres negras e torná-las referência positiva na escola, faz-se necessário para pensar em maneiras de fortalecimento da identidade das crianças no ensino fundamental, valorizando as suas contribuições, como também fortalecendo-as sobre as questões do gênero, raça e classe.

Entendo que é preciso visibilizar no currículo, como também nos livros didáticos. Pensar em formas do ensino com uma educação antirracista, engendrado na importância das mulheres negras, pois é um dos processos do fortalecimento identitário.

Como sabemos, para se ter acesso à educação nacional existem algumas normas em sua constituição. A LDB 9.394/1996, nos informa como a educação deve ser constituída e disponibilizada para o educando da sociedade brasileira. Pois todo cidadão tem direito a educação pública e/ou privada de qualidade, e que seja estruturalmente engendrado com a realidade histórico-cultural e social do cidadão seguindo as normas pré-estabelecidas nas Leis de diretrizes e bases da educação nacional, (BRASIL, 2017, p.9-10-17) que descreve em seus artigos:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; [...]

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.[...]

Art. 21 A educação escolar compõe-se de: I – educação básica, formada pela educação infantil(creche/pré-escola), ensino fundamental e ensino médio; II- Educação Superior.

Quanto à educação básica, assim descreve no artigo 22, da LDB sobre a sua forma de atuar e intuito de ser prestada para o educando, “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 2017, p.17).

Por esse motivo, o trabalho tem como finalidade desenvolver os estudos sobre a educação das crianças do ensino fundamental no qual se organiza da seguinte forma em (BRASIL, 2017, p.23):

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. [...]

Quando a LDB 10.639/03 altera a lei nº 9.394/1996, acrescentando dois artigos o 26-A e 79-B, sobre a obrigatoriedade de ensinar sobre a história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar foi uma expectativa muito grande para o povo negro e indígena, pois com a lei, visualizamos a possibilidade de sermos protagonistas das nossas histórias:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas

brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 2017, p.21-50)

O trabalho pretende, então, pautar a importância sobre o fortalecimento identitário das crianças em uma perspectiva feminina. Refletindo como a mulher negra contribuiu e continua contribuindo no desenvolvimento desta sociedade, e de que forma as suas histórias podem fortalecer a identidade das crianças. Pensar que, todos podem aprender com a mulher negra, colocar de lado as discriminações e deixá-las ocupar o seu lugar na história sendo protagonistas e não deixar que a ideologia branca as oculte.

2 PROBLEMA DA PESQUISA

Diante das dificuldades no processo de valorização e reconhecimento do ensino da história e cultura afro-brasileiras nas escolas, mediante as diretrizes da Lei 10.639/003, queremos refletir como as histórias de vida de mulheres negras podem criar formas de fortalecimento identitário nas escolas de ensino fundamental no Brasil. Portanto, com a necessidade de problematizar sobre as colaborações da mulher negra nesse processo importante da infância, que é uma fase importante para o fortalecimento identitário, buscaremos responder no trabalho a seguinte questão: como a história de mulheres negras brasileiras pode colaborar para a construção identitária das crianças no ensino fundamental?

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar como o ensino da história de vida de mulheres negras brasileiras pode colaborar para a construção identitária de crianças.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Refletir sobre a importância do ensino de história de vida de mulheres negras brasileiras no ensino fundamental;
- Contar a história de 03 mulheres negras brasileiras;
- Discutir como as histórias de vida de mulheres negras brasileiras podem contribuir para o fortalecimento identitário das crianças no ensino fundamental.

4 JUSTIFICATIVA

Diante da falta de visibilidade das histórias de vida de mulheres negras nas abordagens históricas no espaço escolar, iremos em busca de construir reflexões que permitam afirmar a importância dessas histórias para as crianças do ensino fundamental, de forma a contribuir para o fortalecimento identitário das mesmas, visto que a temática tem a sua obrigatoriedade de existência.

Considero que a aprendizagem sobre as histórias de vida de mulheres negras, podem ensinar sobre as construções sociais, políticas, econômicas ao longo da história do Brasil, proporcionando conhecimentos através das especificidades sobre as questões de raça, gênero e classe, conforme vemos na citação a seguir das Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira:

O ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira, se fará por diferentes meios, inclusive, a realização de projetos de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social [...] (BRASIL,2004, p.22).

A pesquisa buscará compreender como o ensino da história de vida de mulheres negras pode contribuir para o fortalecimento identitário das crianças na escola, sempre em busca da valorização e da importância que as mulheres necessitam ter na sociedade brasileira, como nos diz Alves, 2021, p.89:

A importância de se ter mulheres negras nos livros didáticos e de se conhecer as histórias delas promove a iniciação do processo de aceitação identitária, rompendo

estereótipos historicamente construídos que discriminam as mulheres negras e anulam a contribuição histórica delas para a construção do país.

O ensino da história de vida de mulheres negras na escola, é um tema que poderá criar formas de empoderamento, fortalecimento da identidade das crianças e também valorizar e reconhecer o legado dessas mulheres como contribuintes nas construções sociais brasileiras e que há muito tempo vem sendo silenciada.

Acredito que as crianças, em especial, as crianças negras precisam ter representatividade negra positiva. Desse modo, conhecendo e valorizando as contribuições de mulheres negras na sociedade brasileira através do conhecimento passado na escola, como está descrito nas Diretrizes Nacionais:

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhecesse que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. [...] (BRASIL, 2004, p.17).

O ensino de histórias de mulheres negras brasileiras na escola tende a ser um assunto silenciado, pois é considerado um tema que particularmente não se discute na escola, desse modo, tem potencial para se tornar visível uma vez que:

Deve-se criar condições para que haja mudanças no âmbito escolar que rompam com esse silenciamento nas perspectivas historiográficas tradicionais, buscando mostrar a presença real da mulher negra na história do Brasil. Entende-se, então, que é necessária uma reformulação no livro didático, objetivando desconstruir os estereótipos e os preconceitos para que a figura negra possa ser apresentada com o devido valor no processo de construção histórica e social do Brasil (ALVES, 2021, p.89).

Entende ainda que este será um trabalho que contribuirá para o desenvolvimento de mais estudos relacionados à temática, e na necessidade de ser pautado socialmente e colocado em prática, visto que, é previsto em lei a sua obrigatoriedade:

A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas (BRASIL, 2004, p.11).

A sociedade brasileira precisa valorizar as contribuições da mulher negra e aprender com o que as suas histórias de vida, as suas vivências históricas tem para contribuir no

desenvolvimento e transformação cultural e social do país. Pois, como afirma Letícia Alves (2021, p.88), “a análise sobre a abordagem e discriminação de gênero e de raça no livro didático é necessária para propiciar o despertar do senso crítico na comunidade escolar”. Para a autora, esses aprendizados ajudarão a romper com os estereótipos que nasceram do sistema escravista e do patriarcado e marcam as mulheres negras brasileiras.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme aponta Elizabeth Viana et al. (2010), estudos de Lélia Gonzalez e Hasenbalg da década de 1980 afirmam que o movimento negro contemporâneo surge em meados da década de 1970 a partir de vários grupos em várias partes do Brasil.

Portanto, com vistas a necessidade de amplificar as vozes que denunciavam às questões raciais, a partir do século XX, começam a ser pautadas políticas que deram visibilidade e valorização sobre as questões relacionadas à raça. Uma iniciativa muito importante de valorização das conquistas do povo negro, como nos afirma, Viana (2006, p. 64 apud Viana et al., 2010, p.55):

Em 1975, começam os debates universitários promovidos pelo Grupo de Trabalho André Rebouças, reunindo, na Universidade Federal Fluminense, professores e pesquisadores para falar da “questão negra”, orientados e liderados, desde 1972, por Maria Beatriz Nascimento (1942-1995).

Neste mesmo período as mulheres negras do Rio de Janeiro resolveram se juntar para pensar nos assuntos que as atingiam e as tornavam invisibilizadas na sociedade, pois não se discutiam as questões raciais e de gênero até esse período, como aponta Lélia González, citada por Elizabeth Viana et al (2010, p.56) que “segundo a narrativa das mulheres negras, foi o período em que elas começaram a se reunir separadamente para discutir suas temáticas específicas ‘para, depois, todos se reunirem numa sala maior, onde se discutiam os problemas comuns’.

A situação da mulher negra sempre foi o lugar da invisibilidade, do não pertencimento mesmo elas tendo ocupado vários campos sociais e de enfrentamento as violências desde o período da escravidão, embora sejam desconsideradas. Maria Aparecida Oliveira e suas colaboradoras (2019) afirmam que “nesse cenário de lutas incisivas contra a escravidão no Brasil, vale considerar a presença marcante da mulher que fez história desde o período de colonização no Brasil” (OLIVEIRA et al, 2019, p.140).

Os estudos dessas autoras sobre essa temática afirmam que a presença da mulher negra marcou fortemente esse período no Brasil. Por esse motivo, concordo com as autoras em relação a importância que essas mulheres tiveram para a construção histórico-social do Brasil e também como é importante a valorização dessas histórias e a sua inserção nas escolas, de modo que haja uma valorização desse legado feminino negro que há tempos vem sendo invisibilizado e silenciado.

A publicação da Lei Nº 10.639/003 foi muito importante para a educação brasileira e valorização das histórias do povo negro para serem postos como protagonistas. Sancionada em 2003:

a Lei nº 10.639/03, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases Nacionais) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da mesma. A 10.639 instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira (BRASIL, 2004, p.08).

A visão da realidade sobre o que o povo brasileiro enfrentava diante das discriminações raciais e de não poder ser quem se é, devido a tentativa de apagamento histórico através do discurso eurocêntrico, já vinham sendo pautadas a muitos anos. Lélia Gonzalez nos traz tais informações de como o processo de apagamento da memória do povo negro, sobre a sua história se caracteriza:

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. (GONZALEZ, 1984, p.226).

O ensino de história e cultura africana e afro-brasileira passou a ser um tema obrigatório nas escolas, como está descrito na LDB, com o propósito de excluir as diversas violências direcionadas ao povo negro através do racismo, preconceito, discriminação e também promover a valorização histórico-social desse povo. Em concordância com as autoras Claudilene Silva e Eliete Santiago (2016, p.83) que nos diz: “na realidade contemporânea, os modos de vida e de existência não europeus passam a ganhar relevância no processo de desconstrução de uma história única”, acredito que estudar as histórias das mulheres negras amplia os esforços de para enxergamos outras histórias no espaço escolar.

A Lei foi importante para que o povo negro, pudesse começar a ser protagonista das suas histórias como apontam as autoras:

No campo da pesquisa científica, é somente a partir dos últimos 30 anos que a população negra começa a passar de objeto a sujeito de investigação. Todavia, existe uma vasta produção cultural e intelectual de autoria dos mais variados grupos sociais de maioria negra que foi desconsiderada ao longo da história do Brasil, mas que começa a ganhar força na atualidade (SILVA; SANTIAGO, 2016, p.79).

Para nos apropriarmos da temática proposta, realizamos uma pesquisa exploratória no Site do Repositório da UNILAB-Campus dos Malês/Bahia, e percebemos que são poucos os trabalhos que abordaram o assunto. Foram selecionados apenas dois trabalhos nas sessões de monografias e projetos das áreas de história e pedagogia que dialogam com os propósitos deste projeto.

O primeiro trabalho, de autoria de Ludmilla Martins Gomes da Silva, possui como título “Mulheres e Resistências: conexões entre a região centro-africana e a história e cultura afro-brasileira”, tem um caráter de ação pedagógica e foi desenvolvido pensando em alcançar o público docente e discente. O trabalho é uma forma de dar suporte ao educador, devido à falta da temática no livro didático. Observando esse material, e comparando com o livro didático, percebi que o livro didático não tem conteúdo suficiente para o fortalecimento identitário da criança, através da valorização do legado das histórias de mulheres negras.

Já o segundo trabalho, intitulado “A Percepção das Mulheres Cabo-Verdianas sobre a sua agência na Educação dos Filhos: o Caso de São Lourenço dos Órgãos entre 2009-2019, de autoria de Sônia Maria Ramos Gonçalves”, é uma monografia que fala a respeito da questão da mulher negra africana que é protagonista da educação dos filhos. Especificamente sobre ser mulher negra mãe, através do conceito de gênero em África, Cabo Verde e também das formas de valorizar o contexto africano de educar e de vivenciar as questões de gênero, excluindo as estratégias coloniais que designam as tarefas através do gênero. Portanto, é especificamente da mulher negra africana pautada como referência para a formação identitária na educação dos filhos.

Os dois trabalhos demonstraram a presença do protagonismo da mulher negra africana e brasileira na educação de crianças. E a questão da ausência, o que se percebe é como a questão de raça e gênero excluem o papel que a mulher negra tem em suas diversas áreas, e em particular na educação e que a ideologia branca faz de tudo para invisibilizar o legado de seu protagonismo histórico.

Acredito que as crianças tendo acesso a essas informações históricas de mulheres negras, irão de alguma forma se espelhar, elevar a autoestima conhecendo essas histórias e o quanto que elas foram e continuam sendo importantes para sociedade brasileira.

Não será apenas contar a história e sim levá-los a realizar reflexões, para terem bons argumentos e construam o pensamento crítico a partir dessas histórias de vida, relacionando com o contexto social e cultural.

Esperamos que a pesquisa contribua para o fortalecimento identitário nos diálogos com as crianças nas escolas. Acreditamos que ajudará e contribuirá nesse processo de descolonização, de fortalecimento e de apropriação das nossas histórias de força, luta e resistência para mudar tal contexto de discriminações e violências existentes nesta sociedade e para que a transformação aconteça.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa utilizaremos a abordagem qualitativa, pois o objetivo do trabalho é analisar como o ensino da história de vida de mulheres negras brasileiras pode colaborar para a construção identitária das crianças no ensino fundamental.

De acordo com Maria Cecília Minayo (2001 p.21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Por esse motivo “os atores sociais envolvidos na pesquisa são levados a refletir sobre suas ações e as consequências dessas ações para a realidade na qual estão inseridos” (SILVA, 2014, p. 20).

A proposta é identificar e entender informações que não podem ser quantificadas, pois o trabalho tem o intuito de gerar conhecimentos que podem gerar transformação social e subjetivas.

Num primeiro momento buscaremos informações complementares relativas à temática através de uma pesquisa bibliográfica de artigos, teses, dissertações, livros, revistas, videoaulas, sites, palestras com especialistas na área.

No intuito de obter conhecimento sobre a temática mais ampla da pesquisa, faremos leituras e estudos sobre raça e racismo, gênero, mulheres negras, feminismo negro, interseccionalidade, educação, educação antirracista, infâncias, identidade, as leis de diretrizes e bases, para que possamos desenvolver o trabalho da forma mais coerente possível.

Respeitando e valorizando a história da população negra brasileira, o embasamento teórico para as reflexões, se dará através das leituras de escritoras como, Lélia Gonzalez, Maria Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Vilma Reis, Conceição Evaristo, Nilma Lino Gomes, Claudilene Maria da Silva, entre outras leituras que se mostrarem importantes.

Dando seguimento, pretendemos fazer entrevistas com três professoras/res de história em três escolas públicas de ensino básico, do ensino fundamental em Salvador e no recôncavo baiano (Santo Amaro e São Francisco do conde), para obter informações a respeito de como é abordada a temática em sala de aula, e como fazem para criar mecanismos de fortalecimento identitário nas crianças.

O critério de escolha das professoras/es é o trabalho com a temática história e cultura afro-brasileira e pensamos nessas três cidades em função de serem o entorno da Unilab.

Ainda como procedimento metodológico também pretendemos pesquisar e disponibilizar o perfil biográfico de três mulheres negras que tiveram destaque nas áreas da religiosidade, educação e política: Eugênia Anna dos Santos, Antonieta de Barros e Lélia Gonzalez.

A ideia de abordar a história de vida de Mãe Aninha, está relacionada ao conhecimento e legado que ela deixou através da religiosidade. Conforme o site *As Minas na História* (2018)¹, Eugenia Anna dos Santos, no sagrado *Iyá Obá Biyi*, filha de africanos, nascida em Salvador, na Bahia, em 1869. Fundadora do *Ilê Axé Opô Afonjá*. Ela cultuava a religião e espiritualidade sem esquecer a importância e valorização da educação e do meio social. A sua fé, resistência, e força para vencer as estruturas racistas da sociedade escravista brasileira naquele período sobre a religião de matriz africana, nos faz refletir a respeito da sua luta e força para pôr fim nessas violências, que ainda hoje estamos lutando contra as discriminações. As mudanças nesse contexto do respeito e valorização da religião de matriz africana tem muita herança devido a resistência do que ela fez no passado para o combate a tais violências.

O mesmo site *As Minas na História* (2018), apresenta a educadora Antonieta de Barros, como uma das mulheres pioneiras na política brasileira. Ela nasceu em 11 de julho de 1901, em Florianópolis, Santa Catarina. Atuou em diversas áreas sociais, como a educação, a política, as mídias sociais e como escritora, nos fazendo lembrar que a mulher negra pode ocupar o lugar que ela quiser. Portanto ela se encaixa em vários ambientes, da educação e da política. Foi professora, fundou uma escola e ajudou muitas pessoas que não tinham acesso aos estudos, foi

¹ Disponível em: <https://asminanahistoria.wordpress.com/2018/05/29/mae-aninha/>, acessado em 12 set 2021.

jornalista e escritora, fazia publicações no jornal que ela própria fundou, a respeito das questões raciais, de gênero, educação, cultura e etc. Ela foi a primeira deputada negra eleita do país e a primeira mulher do estado de Santa Catarina. E foi ela, Antonieta de Barros, quem criou o Dia do Professor². Ao pensar que ela usou o conhecimento para ajudar tantas pessoas que não tiveram a oportunidade e acesso à educação, é digno de quem entende que só a educação pode transformar muitas questões em uma sociedade tão desigual.










Por sua vez, Juliana Bartolomeu (2019)³, afirma que a intelectual e ativista negra, Lélia de Almeida Gonzalez nasceu em 1º de fevereiro de 1935, no estado de Minas Gerais. Ela destacou-se por sua produção e por intensa atuação política contra o racismo e o sexismo, e continua se destacando através de intelectuais que referenciam as suas obras no século XXI. As discussões que propôs sobre questões identitárias e sobre relações de raça e gênero no Brasil repercutem em diversos campos do conhecimento, encontrando forte eco nos Estudos Culturais e na Antropologia. Lélia Gonzalez, através de suas obras, e das suas vivências contadas por amigos que estiveram presentes nas suas lutas diárias nos movimentos sociais e feministas nos faz refletir sobre o nosso lugar, enquanto mulher negra na sociedade brasileira. Ela viveu os preconceitos de raça, gênero e deixou muito legado de suas produções para estarmos lutando em prol da valorização do nosso espaço nesta sociedade racista e sexista, portanto ela escreveu no século XX, o que ainda está presente no século XXI clamando por mudanças.

² Informações disponíveis em: <https://asminanahistoria.wordpress.com/2018/10/06/11-mulheres-pioneiras-na-politica-brasileira/>, acessado em 14 set 2021.

³ Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/lelia-gonzalez>, acessado em 16 set 2021.

7 CRONOGRAMA

A presente proposta de pesquisa deverá ser desenvolvida durante o curso de licenciatura em pedagogia, que na Unilab destina três períodos para o TCC. Dessa forma, a pesquisa será desenvolvida em três semestres letivos.

Anos	2022		2023
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre
Revisão do projeto			
Levantamento bibliográfico			
Realização das Entrevistas			
Análise das informações			
Escrita dos perfis biográficos			
Escrita do texto final			
Entrega e defesa do trabalho			

Referências

- ALVES, Letícia Thaynã de Queiroz. **A Mulher Negra no Livro Didático. In: Coletânea Uniafro: práticas pedagógicas em educação das relações étnico-raciais na educação básica.** Flávia R. L. R; Rosilene S.C; Jardel S. F; (orgs), Editora da Universidade Federal do Acre-EdUfac 2021. p.87-90
- AS MINA NA HISTÓRIA** - Mãe Aninha, Eugenia Anna dos Santos – [S.I.] 29mai 2018. Disponível em: <https://asminanahistoria.wordpress.com/2018/05/29/mae-aninha/>, acessado em 12 set2021
- AS MINA NA HISTÓRIA** – 11 Mulheres pioneiras na política brasileira – [S.I.] 06 out 2018. Disponível em: <https://asminanahistoria.wordpress.com/2018/10/06/11-mulheres-pioneiras-na-politica-brasileira/>, acessado em 14 set2021
- BARTHOLOMEU, Juliana Stefany Silva (2019). "Lélia Gonzalez". In: **Enciclopédia de Antropologia.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/lelia-gonzalez>, acessado em 16 set 2021)
- BRASIL, Senado Federal. Conteúdo: **Leis de diretrizes e bases da educação nacional – Lei no 9.394/1996.** Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.
- BRASIL, Conselho Nacional de Educação -**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** -Brasília/DF - outubro/2004
- GONÇALVES, Sônia Maria Ramos. **A Percepção das Mulheres Cabo-Verdianas Sobre a sua Agência na Educação dos Filhos: o caso de São Lourenço dos Órgãos entre 2009-2019.** Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Curso de Bacharelado em Humanidades-São Francisco do Conde-BA, 2020.
- GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, (Coleção 2 Pontos).
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira.** [S. l.]. Revista Ciências Sociais Hoje. 1984.
- OLIVEIRA, Maria Aparecida Costa. Carmen Tereza Velanga, Alice Cristina S.L.M.de Souza, Melissa Velanga Moreira, Marlene Rodrigues, Suely Mascarenhas. **A PRESENÇA DA MULHER NEGRA E O EMPODERAMENTO FEMININO NO CURRÍCULO: Um estudo no Instituto Federal de Rondônia (IFRO), 2019.** Disponível em: <<https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/5766>>. Acesso em 20 jan. 2022
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SILVA, Antônio João Hocayen da. **Metodologia de pesquisa: conceitos gerais**. Repositório digital da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Editora Unicentro, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/841>>. Acessado em: 19 jan. 2022.

SILVA, Claudilene e SANTIAGO, Eliete. **Pensamento negro e educação intercultural no Brasil**, INTERRITÓRIOS | Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, BR |v.2 | n.3 [2016]

SILVA, Ludmilla Martins Gomes da. **Mulheres e Resistências: conexões entre e região centro-africana e a história e cultura afro-brasileira**-Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Curso de Bacharelado em Humanidades-São Francisco do Conde-BA, 2019.

UNILAB, **Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Unilab** / Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Sistema de Bibliotecas da Unilab. - Acarape, CE, 2020. 44 p.: il. color.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970 -1990**. Dissertação (Mestrado em História Comparada), Departamento de História, CFCH/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Lélia Gonzalez e outras mulheres: Pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo**. (Revista da ABNP, 2010), 12p.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe!** Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. [S. l.] - Graduate Institute Publications, 2009 .20 jul.2016.